

A conservação e restauro no Instituto Politécnico de Tomar: conhecimento, competências e aptidões*

João Freitas Coroado

Doutor em Geociências pela Universidade de Aveiro.
Docente no Instituto Politécnico de Tomar (IPT), onde
atuou como Coordenador e director do Departamento de
Arte, Conservação e Restauro. Actualmente, dirige a Escola
Superior de Tecnologia de Tomar e pertence desde 2011 ao
Conselho Geral do Instituto Politécnico de Tomar.
Leciona, no curso de Licenciatura e no mestrado em
Conservação e Restauro, na área de estudos dos materiais
pétreos e cerâmicos, alteração e alterabilidade,
e monitorização e controlo ambiental.

* Texto recebido em 14 de junho de 2013
para o II Encontro Luso-Brasileiro de Conser-
vação-Restauração – São João Del Rey- MG,
setembro de 2013.

RESUMO

O estudo apresentado foca a evolução dos planos curriculares resultantes de reestruturações e alterações efectuadas por força da lei, relativos às formações no domínio da Conservação e Restauro, ministrada no Instituto Politécnico de Tomar (IPT), ao longo dos cerca de 25 anos, no sentido de contribuir para a reflexão sobre o presente e o futuro da formação académica nesta área, nomeadamente as estratégias que têm sido adoptadas no âmbito da aquisição de conhecimentos, das competências e aptidões necessárias para as boas práticas em conservação e restauro, sem perder de vista a experiência adquirida e os princípios que foram sendo inscritos nos documentos basilares das organizações nacionais e internacionais, que estão, directa ou indirectamente, relacionadas com o exercício da profissão de conservador-restaurador. As relações que foram sendo fortalecidas com os nossos parceiros, públicos e privados, são fundamentais para o modelo de ensino que tem sido seguido, pois permite a especialização que cada aluno pretende desenvolver e a prática necessária para o competente desempenho no âmbito da conservação e restauro.

Palavras-Chave: Conservação e Restauro; planos de estudo; competências; conhecimento; aptidões

ABSTRACT

The present study focuses the curricula evolution resulting from restructures and changes made by law, related with training in conservation and restoration, taught at the Instituto Politécnico de Tomar (IPT), over nearly 25 years. It intends to contribute to the reflection on the present and future of the academic training in this area, particularly the strategies that have been adopted for acquiring knowledge, skills and competences necessary for the best practice in conservation, and without losing sight on the experience and the principles that were enrolled in fundamental documents of national and international organizations that are directly or indirectly related to the profession of the conservator-restaurator. In this context, the relationships that were strengthened with our public and private partners are fundamental to the teaching model that has been followed, since they allow the development of each student intentions to enhance a specialization and the necessary practice, for competent performance in conservation and restoration.

Keywords: Conservation and restoration; study plans; competencies, knowledge, skills



Figura 1 - Vista externa do IPT - Tomar, Portugal

A Conservação e Restauro (CR) é uma actividade com características próprias que exige um conjunto de conhecimentos específicos, competências e aptidões particulares para poderem ser abordadas de forma autónoma, quando se elencam as actividades associadas ao Património Cultural, nomeadamente no domínio da sua salvaguarda, conservação e valorização, tal como perpetuado no documento de Nara¹ (Flávio e Correia, 2004).

Com 25 anos na formação em CR, os planos de estudo, no Instituto Politécnico de Tomar (IPT), foram evoluindo de acordo com a experiência adquirida, com as exigências impostas pela Declaração de Bolonha (1999) e em paralelo com os preceitos definidos por organizações internacionais e nacionais, como: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), International Council of Museums – Committee for Conservation (ICOM-CC), a European Network for Conservation

-RestorationEducation (ENCoRE), a EuropeanConfederation of Conservator-Restorers (ECCO) e a Associação Profissional de Conservadores-Restauradores de Portugal (ARP). Também, com a consagração e afirmação da profissão de conservador restaurador, no Dec. Lei 55/2001, reforçado um ano depois pelas exigências impostas pela ECCO, (ECCO, 2002) e naturalmente pela ARP, sua associada, mais tarde consagrada na Lei Portuguesa, no Dec. Lei 140/2009, que preconiza 5 anos de formação superior em Conservação e Restauro para o exercício pleno da profissão. Esta exigência vem reforçar a ideia de base da organização do currículo dos cursos no IPT que teve, e ainda tem, como pressuposto o efectivo ensino politécnico, isto é, um ensino em que nos primeiros anos é orientado essencialmente para unidades curriculares de aplicação prática, e nos últimos anos para as unidades de características mais culturais (AMORIM, 1994), que se traduzem nos três anos de um primeiro ciclo e nos dois anos de um segundo ciclo. Neste contexto, pretende-se apresentar a evolução curricular da formação em CR, ministrada no IPT, os fundamentos que a sustentaram e os princípios adoptados. Especial atenção será dada às relações que foram sendo desenvolvidas com os nossos parceiros, públicos e privados, que tem permitido que a formação prática em conservação e restauro seja efectuada sobre bens culturais, em laboratório, no domínio do património móvel, e *"in situ"*, no domínio do património integrado e edificado.

1. Evolução dos Currícula dos Cursos de Conservação e Restauro no IPT

A evolução dos cursos em CR, no IPT, sustentou-se na forte base cultural e científica dos respectivos conteúdos programáticos, associados à prática do restauro que deveria ser ministrada em obras reais, simulando o ambiente profissional em ambiente académico. Facultar o contacto com a actividade profissional através de estágios curriculares é uma característica notória nos diversos currículos dos cursos de CR. O tempo de preparação mínima do conservador-restaurador, que tendencialmente deveria ser de cinco anos, antecipando já o que hoje é defendido pelas organizações nacionais e internacionais. Estes princípios foram adoptados no pressuposto de que a CR é uma actividade profissional que se consubstancia na aplicação de conhecimentos teóricos, práticos e experimentais, resultantes da interacção de um conjunto vasto de áreas científicas, o que a torna um domínio científico (ainda recente no contexto português) que é multidisciplinar pela própria natureza. O conservador-restaurador desempenha uma série multifacetada de funções técnicas e científicas, normalmente relacionadas com a sua especialidade de intervenção na salvaguarda, valorização, preservação e conservação e restauro dos bens culturais e patrimoniais e, também, na investigação associada à conservação e restauro. Neste contexto, a análise aos vários currículos dos cursos de CR, leccionados no que é hoje o IPT, é efectuada tendo em atenção que os semestres lectivos contemplam 15

semanas de aulas e a comparação do número de horas das unidades curriculares que compõem os cursos é feita por semana, sendo o restante tempo dedicado a prestação de provas. De modo a sintetizar a informação curricular dos cursos, os dados que a seguir serão apresentados referem-se às três áreas que se consideram fundamentais para a formação do conservador-restaurador: a área da Conservação e Restauro (CR), a área das Ciências e Tecnologias (CT) e a área das Humanidades (H). Também será dado ênfase às horas de aulas práticas semanais (Práticas) e às horas de aulas práticas semanais de conservação e restauro (Práticas CR), por semestre.

1.1. Bacharelato de Tecnologia em Conservação e Restauro

O primeiro curso superior, conferente do grau de bacharelato, chamado Tecnologia em Conservação e Restauro (TCR) do IPT, foi publicado em 1990, já incorporava aquelas ideias.

O total de horas de contacto directo por semana era, em média, de 27 horas, das quais 54,6% eram aulas práticas, cuja distribuição ocorria ao longo dos 6 semestres que constituíam o curso. Assim, genericamente, pode-se verificar que o número de horas atribuídas à área conservação e restauro era de 36,2% das horas de contacto totais do curso e destas, 52,5% eram aulas práticas em conservação e restauro. A sua distribuição era crescente ao longo dos semestres, assim como as horas de prática, em detrimento das unidades curriculares de CT, que representavam 35,6% das horas de contacto totais do curso, que incluíam as áreas da Química, da Física, da Geologia, Arqueologia, Informática, Fotografia, Técnicas de Representação Gráfica, Tecnomorfologia e Noções de Climatolo-

gia. O número de horas semanais das unidades curriculares da área das H era sensivelmente o mesmo nos três anos (15, 16 e 12 horas, respectivamente), que representavam 28,2% das horas de contacto. Compreendem as unidades de Cultura Material e seu Enquadramento, I, II e III; Introdução à Arte em Portugal; Identificação e Classificação de Obras de Arte e as unidades de Opção. Ainda neste contexto e relativamente às unidades curriculares de conservação e restauro, deve-se referir que a experiência na área inicia-se com os Princípios de Conservação e Restauro, Tecnologia dos Materiais e Causas de Alteração I, II, III e IV; Equipamentos e Produtos de Conservação I e II; que se estendem até ao quinto semestre. No quarto semestre, inicia-se a prática de conservação e restauro, propriamente dita, até ao final do curso, em blocos de 2 horas teóricas e 6 horas práticas, sendo estas acompanhadas de outras unidades curriculares da especialidade, como Técnicas de Reprodução e Técnicas de Documentação, Armazenamento e Exposição. Finalmente, fazia parte da formação um estágio, obrigatório, no final de cada ano lectivo, com duração de cerca de dois meses.

No ano lectivo de 1993/1994 entrou em vigor a reestruturação do curso de TCR. O novo plano de estudos foi desenhado a partir das experiências acumuladas e sem perder de vista as linhas programáticas e princípios de base da criação do IPT e também dos cursos ligados à conservação e restauro. O número de horas médias lectivas por semana mantém-se em 27 horas. Observa-se, contudo, alteração na sua distribuição. A área de CR reúne neste plano 40,5% das horas totais de contacto, mais 4,3% relativamente ao currículo anterior, e destas 73,6% são de práticas laboratoriais. A respectiva distribuição aumenta para os últimos semestres cuja coerência na organização das unidades começa no primeiro semestre com

os Princípios de Conservação e Restauro (3 horas teóricas por semana) e nos semestres seguintes, sucessivamente, com Conservação e Restauro I, II, III, IV e V, sendo a carga horária semanal de uma hora teórica e a carga horária semanal prática crescente em cada uma das unidades 4, 6, 8, 12 e 12 horas, respectivamente. Estas unidades curriculares são acompanhadas, nos últimos três semestres, por unidades curriculares de Técnicas de Documentação, Armazenamento e Exposição e de Técnicas de Produção Artística I, II e III que complementavam a teoria e a prática da conservação com uma distribuição das horas por semana de 2 teóricas e 2 práticas. Deve-se sublinhar que dentro da formação da prática de conservação e restauro se mantinha a obrigatoriedade de efectuar um estágio no final do segundo ano e no final do terceiro ano lectivo.

A área de CT manteve a percentagem de horas lectivas 35,7%, mas com maior sequência entre elas. Surgem assim três unidades curriculares de Física e Química (I, II e III), mais uma face ao currículo anterior, com mais uma hora teórica na carga horária semanal e foi criada a sequência de três unidades de Materiais (I, II e III), com 2 horas teóricas e 3 horas práticas por semana. Ainda nesta área também estão elencados os Métodos de Representação I e II, Fotografia e Noções de Climatologia. De notar que as unidades curriculares desta área estão concentradas nos dois primeiros anos.

Na área de H observa-se uma redução face ao currículo anterior de 28,3% para 23,8%, com a mesma carga horária semanal em todos os semestres do curso.

1.2. Curso de Estudos Superiores Especializados em Arte, Arqueologia e Restauro

Simultaneamente ao bacharelato de TCR foi criado o Curso de Estudos Superiores Especializados (CESE) em Arte, Arqueologia e Restauro, que propõe um novo plano de curso, que só entra em funcionamento mais tarde. Este curso, que conferia diploma equivalente ao grau de licenciado para efeitos profissionais e académicos, era constituído por dois anos de formação, e só podiam ser opositores à frequência deste curso titulares de Bacharelato, Licenciados ou ainda detentores de ciclo básico de cursos afins. O CESE em Arte, Arqueologia e Restauro, tinha como obrigatório um estágio curricular no final de cada ano. Este curso desdobrava-se em duas áreas opcionais, Arte e Arqueologia, com três unidades curriculares comuns, para além das opções: Legislação sobre o Património Cultural e Natural, Metodologia Aplicada e Seminário. Na opção das Artes, eminentemente cultural, tal como observado em AMORIM (1994), as unidades curriculares são maioritariamente das áreas das H como: Técnicas de Pesquisa em Arte, Museologia, Consequências Artísticas da Expansão, Peritagem em Arte, Estudos de Iconologia, entre outras; e na opção de Arqueologia as unidades de características mais técnicas como: Técnicas de Arqueologia de Campo, Técnicas de Arqueologia de Gabinete, Geologia do Quaternário, Petrologia dos Materiais Arqueológicos, Técnicas de Conservação de Campo.

1.3. Curso de Bietápico de Licenciatura em Conservação e Restauro

O curso Bietápico em CR teve início no ano lectivo de 1998/99. Os primeiros três anos conferiam o grau de bacharel e os dois anos seguintes o grau de licenciado, dotando o curso de maior carga horária na área das H. A preparação deste novo curso contou com a experiência acumulada de 10 anos de formação, com as directrizes saídas da Conferência de Viena, de 1998, que resultou do encerramento do projecto FULCO - "A Framework of Competence for Conservator-restorers in Europe", que deu origem ao documento conhecido como "The Document of Vienna"² (Carta de Viena), e representa o actual consenso na União Europeia sobre os padrões profissionais necessários para a prática da CR. Neste contexto, a ENCoRE foi designada para coordenar, em associação com o projecto CON.B.E.FOR³, a implementação das propostas de harmonização da educação em CR no espaço europeu. Este novo plano de curso teve como natural precursor o curso de Bacharelato de TCR e o CESE em Arte, Arqueologia e Restauro.

1.3.1. Bacharelato em Conservação e Restauro

O plano de curso do bacharelato em CR é similar ao curso de TCR, mantendo-se a média de 27 horas de contacto semanais. As alterações introduzidas, relativas ao número de horas de contacto semanais das H que representam 41,9% da totalidade da carga horária semanal de contacto directo. As horas das unidades curriculares da área de CT, que representam 30,2%, diminuem ao longo dos semestres em detrimento das unidades curriculares de CR que representam 27,2%, sendo que destes 71,4% são aulas de prática em CR.

A área de H reunia a série de História da Arte (I, II e III) e História (I, II, e III), em regime anual, que seguiam até ao final do curso, tal como as unidades de História da Arte de Portugal e História de Portugal, que a partir do segundo ano também funcionavam em regime anual até ao final do curso. As unidades de Introdução à Arqueologia e Pré-História eram cursadas no 1º ano em regime semestral.

Na área de CT mantêm-se a unidades curriculares de Física e Química (I, II e III) e de Materiais (I, II e III) desde o início do curso em regime semestral, os Métodos de Representação I e II, no 4º e 5º semestre, e Noções de Climatologia, no 6º semestre, com a mesma carga horária semanal que o curso anterior; e são criadas as unidades de Introdução às Técnicas Laboratoriais, no 2º semestre, e Bioquímica, no 3º Semestre.

A área de CR distribui-se pelas unidades de Princípios de Conservação e Restauro, no 1º semestre; do 2º ao último semestre pelas unidades de CR (I, II, III, IV e V) complementadas pelas Técnicas de Produção Artística I e II, nos dois últimos semestres. Os estágios curriculares de final de ano deixaram de ser obrigatórios.

1.3.2. Licenciatura do curso bietápico em Conservação e Restauro

A licenciatura bietápica ficava concluída com mais dois anos de estudo, quando o aluno podia optar por um dos três ramos: o Ramo de Tecnologia, que dava continuidade às competências da conservação e restauro; o Ramo de Arte Lusíada, que conferia mais conhecimentos na área das humanidades; e o Ramo de Arqueologia da paisagem, para os alunos que desejavam seguir a especialização e aplicação da conservação e restauro em contextos arqueológicos. Os ramos de Tecnologia e de Arte Lusíada tinham um tronco comum, no primeiro e no segundo ano, que dava sequência às unidades de H do curso de bacharelato. No primeiro ano as unidades comuns eram: História da Arte IV, História IV, Arte Contemporânea de Portugal, História Contemporânea de Portugal e Identificação e Classificação de Bens Culturais; no segundo ano eram: Cultura Portuguesa e Estética. A diferença entre estes ramos era que, no Ramo de Arte Lusíada, no primeiro ano, acrescia a unidade de Seminário A e no segundo ano o Seminário B e Seminário C, enquanto no ramo de Tecnologia os alunos cursavam, em regime anual, Conservação e Restauro VI e Técnicas de Produção Artística III. A unidade de Estágio era comum nos dois ramos, mas os locais eram distintos, sendo os alunos de Arte Lusíada encaminhados, principalmente, para museus, bibliotecas e fundações, e os alunos de tecnologia eram encaminhados para empresas de CR, museus e laboratórios.

O ramo de Arqueologia da Paisagem tinha um currículo muito distinto, com unidades curriculares que se inseriam na prática da arqueologia. As de regime anual, como a Pré-história Europeia; Teoria e Método; Técnicas de Gabinete e Laboratório e Geo-Arqueologia, eram complementadas pelas de regime semestral, como a Paleoecologia do Quaternário; Paleoantropologia, no

primeiro semestre; e Técnicas de Arqueologia de Campo, e uma unidade de opção, no segundo semestre do primeiro ano. No primeiro semestre do segundo ano o currículo era composto por Antropologia Física, Tecnomorfologia, Planeamento e Gestão de Projecto de Arqueologia no Quadro Europeu e Seminário de Arqueologia da Paisagem. O segundo semestre estava consignado a unidade de Estágio, que normalmente era feito em contexto de escavação arqueológica.

Para além da sistematização em três ramos, o aluno podia no conjunto das unidades curriculares cursar, de facto, uma especialidade que era preparada no primeiro ano nas unidades mais teóricas, cujos temas dos trabalhos a efectuar, sempre que possível, eram encaminhados segundo a especialidade pretendida pelo aluno. Este processo de especialização culminava com o Estágio, onde era desenvolvida a componente prática e a aplicação dos conhecimentos adquiridos.

1.3.3. 1ª Reestruturação da Licenciatura Bietápica em Conservação e Restauro

A primeira reestruturação do curso Bietápico foi relativamente ligeira, não se verificando alteração das cargas horárias pelas áreas consideradas. Assim, verificou-se apenas a troca de unidades curriculares de semestre, passando os Métodos de Representação (I e II) para os últimos semestres, tal como a Introdução às Técnicas Laboratoriais e passou para o segundo e terceiro semestres as unidades de Produção artística I e II, respectivamente. Também se verificou a troca da unidade de Biologia pela de Bioquímica. No segundo ciclo apenas se acrescentou as unidades de Conservação e Restauro VI e Direito do Património ao Ramo da Arte Lusíada e a unidade de Direito do Património ao Ramo de Tecnologia.

1.3.4. 2ª Reestruturação da Licenciatura Bietápica em Conservação e Restauro

A reestruturação da Licenciatura Bietápica em CR efectuada em 2005, entrou em vigor no ano lectivo 2005/2006. Nesta reestruturação já são tidos em conta alguns dos pressupostos em que assenta a adequação dos cursos ao “processo de Bolonha”, isto é, as unidades curriculares são todas de regime semestral, apresentadas com os respectivos pesos relativos. Ainda em conformidade com o sistema de créditos, mas já com o pressuposto de que deveriam traduzir o trabalho necessário para cursar a unidade curricular, designados ECTS: European Credit Transfer System (1 ECTS corresponde a 27,5 horas de trabalho, incluindo horas de contacto aluno-docente), que resultou em norma da comunidade europeia. O conjunto das unidades curriculares, no final de cada ano lectivo, deveria perfazer 60 ECTS. As principais alterações que se podem constatar foram: o aumento da carga horária semanal para a média de 30 horas, o desaparecimento das unidades curriculares anuais, e, no segundo ciclo, a extinção dos ramos e a libertação do segundo ano para a realização de um estágio.

Neste plano a área de CR representa 32,6% das horas totais do curso de bacharelato, das quais 70,7% são aulas práticas de CR, sendo o 4º semestre onde se regista o maior número de horas atribuídas a esta área. A área de CT tem afecto 29,2% do tempo total e o número de horas decresce para o fim do curso. A área das Humanidades tem 38,2% da totalidade das horas deste primeiro ciclo de estudo e as horas por semana, em cada semestre, aumentam até o último. O currículo deste primeiro ciclo é similar ao antecessor. Consta-se, porém, o aumento de unidades curriculares de CR que neste currículo são 7 unidades distribuídas entre o 2º e 5º semestre. No 1º ano a saída da Introdução à Arqueologia, no 2º semestre do 2º ano o aparecimento da unidade de Biodeterioração e seu Controlo, por substituição da Biologia e o aparecimento das Técnicas de Reintegração Cromática. No 3º ano, a unidade curricular de Noções de Climatologia é substituída por Museologia, as Tecnologias Laboratoriais são substituídas por duas unidades de Métodos de Exame e Análise Laboratoriais e aparecem as duas unidades de Seminário, orientadas para estudos no âmbito da História e da História da Arte.

Maiores são as diferenças do segundo ciclo de estudos, resultado da unificação do curso, mas em que as unidades das H continuam a ter supremacia, com 59,3% das horas lectivas, tendo a área de CR 27,1% e a área de CT 13,6%. As unidades curriculares da área das H são Arte Lusíada I e II, Património Edificado I e II, Estética e Teoria da Arte 1 e 2, Obra de Arte e seu Enquadramento, Técnicas de Pesquisa Arquivística e Documental (no 1º semestre) e Peritagem em Arte (no 2º semestre). Na área da CR foram introduzidas duas unidades de Conservação e Restauro Complementar I e II, em substituição da Conservação e Restauro VI, e que permitia ao aluno escolher a área de especialização, com 8 horas lectivas, das quais 7 eram práticas. Na área de CT são duas unidades de Métodos

de Exame e Análise Complementar I e II, no primeiro e segundo semestre, respectivamente, com 4 horas, lectivas das quais duas são horas práticas. No último ano deste segundo ciclo existiam dois seminários, um tendencialmente na área das H e o outro na área de CR, que funcionavam no primeiro semestre com duas horas teóricas e duas horas práticas, que reforçavam a ideia de especialização, pois os temas tratados nos dois seminários constituíam a componente teórica e introdutória, das áreas dos seminários, do trabalho a desenvolver na unidade de Estágio com regime anual.

2. Adequação ao “Processo de Bolonha” em Conservação e Restauro no IPT

A adequação dos currículos dos cursos ao “Processo de Bolonha implicou o fim das licenciaturas bietápicas, no sistema politécnico, e no aparecimento das licenciaturas de três anos e dos Mestrados com dois anos. Este novo modelo de ensino baseado no desenvolvimento de competências e onde a componente experimental e de projecto desempenhem um papel importante, tem também como objectivo a formatação dos cursos superiores no espaço europeu, que no sistema Português são designados por Licenciatura, com a duração de três anos lectivos, equivalendo a 180 ECTS; o Mestrado com a duração de dois anos lectivos correspondendo a 120 ECTS; o Doutoramento com a duração de três anos lectivos ou 180 ECTS sendo um ciclo de estudos exclusivo das Universidades.

Os novos planos destes cursos tiveram o intuito de manter e reforçar a vertente técnica, aspecto que sempre nos norteou, e proporcionar aos alunos a possibilidade de realização de trabalhos teórico-práticos e práticos em contexto real – intervenções de conservação e restauro em bens culturais, tal como as recomendações dos organismos nacionais e internacionais e que representam, dirigem ou tutelam a conservação e restauro e os seus profissionais, como a ARP e a ECCO, e, ainda, o seu ensino/formação de nível superior como a ENCoRE. Foram também tidos em conta os requisitos aconselhados para o sistema de acreditação proposto pelo Instituto Português da Conservação e Restauro⁴ (IPCR).

A filosofia que presidiu à criação do Ensino Superior Politécnico nunca foi subestimada, sendo a lógica científica e pedagógica do Curso de CR direccionada precisamente para uma formação profissionalizante de conservadores-restauradores com competências nas diversas áreas científicas da CR. De acordo com aquelas recomendações, o conservador-restaurador deve ter uma sólida formação de base, cultural e científica, e ter capacidade para aplicar os conhecimentos adquiridos, durante a sua formação superior em Conservação e Restauro de Bens Culturais, nomeadamente, na capacidade de concepção de soluções, de coordenar, de gerir, de planear, de executar e de fiscalizar as diferentes actividades. Deve ter ainda competências para cooperar com profissionais de outras especialidades, seguindo os princípios éticos e deontológicos estabelecidos.

Na adequação, a importância da especialização no 2º ciclo (mestrado) manteve-se, quer na escolha da especialidade na unidade de Conservação e Restauro Aplicada quer facultando que, nas unidades curriculares do primeiro ano os temas dos trabalhos tenham a ver com o tema de estágio que o aluno pretende realizar.

2.1. Licenciatura em Conservação e Restauro (Pós-Bolonha)

Nos pressupostos já enunciados, a Licenciatura em CR (1º Ciclo) foi estruturada para constituir a formação inicial superior de técnicos de conservação e restauro com conhecimentos generalistas para a intervenção em conservação e restauro que conferem as competências mínimas e imprescindíveis para o acesso ao mercado de trabalho e conhecimentos e competências que permitam prosseguirem nos estudos conducentes ao 2º ciclo, o mestrado.

O curso está agora sistematizado de forma mais homogénea. Neste sentido, e considerando as mesmas áreas de estudo, verifica-se que a área de CR ocupa agora 34,2% da carga lectiva (admitindo 9 horas para a unidade de projecto), em que 76,4% corresponde a práticas em CR, que vão aumentando para o final do curso. A área de CT 35,5% decresceu para o fim do curso e a área de H, com 30,2%, mantém a mesma carga de contacto directo durante o curso. Porém, as horas de contacto directo diminuíram significativamente, passando para a média de 25 horas por semana, quando nos cursos anteriores eram superiores a 30 horas por semana. Em termos de créditos e considerando as áreas de CR, CT e H, a distribuição dos créditos do curso é a seguinte: 66,5 ECTS na área de CR; 49,5 ECTS na área de CT e 64 ECTS na área de H, uma vez que as duas unidades de opção disponíveis no terceiro ano são cursadas nesta área.

As unidades curriculares da área de CR, tal como nos planos anteriores, começa com a Introdução à Conservação e Restauro e 7 unidades curriculares de CR (1 a 7) que abrangem as matérias de pedra, cerâmica, talha dourada, escultura, mobiliário, pintura e documentos gráficos, respectivamente, e unidades curriculares de Técnicas de Reintegração Cromática, Técnicas de Reprodução e História e Teoria em Conservação e Restauro. A área de CT mantém as 3 unidades de Materiais (1, 2 e 3), cria duas unidades de Física (1 e 2), três unidades de Química (1, 2 e 3) e Biodeterioração e Métodos de Análise 1 e 2. A área de H mantém a História e a História da Arte desde o início do curso até o final. A História está sistematizada por épocas: Antiguidade, Medieval, Moderna e Expansão, Séc. XIX e Séc XX; tal como a História da Arte: Antiguidade, Medieval, do Renascimento, Maneirismo e Barroco, Contemporânea, Modernismo. Ainda fazendo parte das unidades de H são o Direito do Património e as opções de Paleografia ou Iconologia e Culto e Mundividencia Sacros ou Iconografia.

2.2. Mestrado em Conservação e Restauro (Pós-Bolonha)

O segundo ciclo de estudos proposto, conducente à obtenção do grau de Mestre em Conservação e Restauro, consubstancia-se na necessidade de conferir competências específicas sustentadas em conhecimentos teóricos e práticos que permitam a especialização numa determinada área de intervenção. Na organização do ciclo de estudos do Mestrado em CR teve-se em atenção, como principal orientação, a especificidade do subsistema politécnico, ou seja, a aquisição pelo estudante de uma especialização de natureza profissional.

No âmbito desta harmonização das formações no espaço europeu, a ENCoRE (2001) clarifica que “um conservador-restaurador autorizado ao exercício profissional independente é um diplomado com o grau de “Mestre” (5 anos de formação) e que “a maior parte do currículo” deve ser formada por “temas teóricos integrados no currículo e estreitamente relacionados com a prática de CR”. No mesmo sentido vai a orientação da ECCO “o nível mínimo de entrada na profissão como conservador-res-

taurador qualificado deve ser de Mestre” e que “este deve ser obtido num período de estudo em CR de não inferior a 5 anos, a tempo inteiro, e deve incluir estágios práticos”. E que “deve possibilitar a continuação ao nível do Doutoramento” (LARSEN, 2002). Neste contexto, a preparação do mestrado teve aqueles pressupostos presentes e também o modelo que tem vindo a ser seguido relativamente à colaboração de todas as unidades curriculares orientadas para a especialização que o aluno pretende seguir e que culmina com o Estágio, também foi considerado como essencial permitindo formar especialistas em diferentes áreas.

Assim, o ciclo de estudos de Mestrado em CR no IPT contém dois perfis: Património Móvel e Património Integrado, sustentados num tronco comum, que no primeiro ano é formado pelas unidades curriculares de Conservação e Restauro Aplicada (onde o aluno escolhe a sua especialidade), em regime anual, História da Arte Portuguesa 1 e 2; História de Portugal 1 e 2, Métodos de Exame e Análise Avançados e 2 opções em cada semestre, uma na área de H e outra de regime livre. O ramo de Património Móvel tem como específicas as unidades de Gestão de Coleções, Preservação e Coleções e Peritagem em Arte e o Ramo de Património Integrado a unidades de Património Arquitectónico, Património Integrado e Alteração e Alterabilidade. O segundo ano é dedicado ao Estágio ou para os alunos com média, ponderada com as ECTS, igual ou superior a 14 valores e que queiram fazer uma Dissertação.

Em termos da relação entre as áreas de base consideradas, no perfil de Património Móvel, a área de CR tem 40,0% da carga lectiva de contacto directo, a CT 6,0% e a H 42,0%, representando 80, 4 e 20 ECTS, respectivamente. O perfil de Património Integrado à distribuição é um pouco diferente: a área de CR tem 40,0% e representa 76 ECTS, a área de CT (que integra a área de Arquitectura) tem 24,0% das horas e representa 12 ECTS e a área das H tem 36,0% e 16 ECTS.

2.3. Plano actual da Licenciatura em Conservação e Restauro

O plano actual da Licenciatura resultou de uma pequena actualização do curso de 2008. As alterações limitaram-se ao ajuste na nomenclatura das unidades curriculares. Assim, nas unidades de CR não foram efectuadas alterações, apenas se possibilitou a frequência das unidades de opção também nesta área (sem horas discriminadas apenas os créditos mínimos obrigatórios); no caso das unidades de CT substituiu-se os Métodos de Exame e Análise 2 por Métodos Fotográficos que eram de facto os conteúdos programáticos daquela unidade curricular. Na área das H, a sucessão das unidades de História e História da Arte deixaram de expressar as épocas leccionadas passam a alternar, no primeiro semestre a História 1 e História da Arte 1 e no segundo semestre a História de Portugal 1 e História da Arte 1, sendo mantida a sequência até ao 3º ano. Ainda nesta área regista-se a substituição do Direito do Património (que passou para o segundo ciclo) por Iconografia. Esta alteração só se reflecte no peso das áreas por via das opções, uma vez que agora também podem ser escolhidas unidades do curso da área de CR. Em termos de ECTS, os pesos estão agora assim distribuídos: 66,5 a 74,5 ECTS na área de CR, de 49,5 na área de CT e 56 a 64 na área de H, num total de 180 ECTS para obter o grau de licenciado.

2.4. Plano actual do Mestrado em Conservação e restauro

O plano actual do Mestrado resultou de uma actualização do plano anterior e entrou em vigor no ano lectivo 2011/2012.

As alterações introduzidas foram no tronco comum aos dois perfis, com a substituição da História da Arte Portuguesa I e II e História de Portugal I e II, por Arte e Cultura I e II, a criação de uma nova unidade curricular de Metodologia de Investigação e optou-se por um ligeiro aumento da carga horária prática da Conservação e Restauro Aplicada, de 1 hora e meia, e de 1 hora nos Métodos de Exame e Análise Avançados. A distribuição das áreas passou a ser: no ramo de Património Móvel a área de CR tem 52,3%, dos quais 56,5% são aulas práticas, com 87,5 ECTS, a área de CT tem 15,9% com 5,5 ECTS e a área de H tem 31,8% com 15 ECTS; no Património Integrado, a área de CR tem 55,3%, em que 52,4% são horas práticas, com 83,5 ECTS, a área de CT (que integra a área de Arquitectura) tem 28,9% com 13,5 ECTS e a de H tem 15,8% com 11 ECTS. As opções que fazem parte do currículo têm 12 ECTS, e, como são de livre escolha, favorecem a ideia de complementos para a especialidade pretendida, não estão contabilizadas nas horas de cada área. O último ano, tal como no plano anterior, é dedicado ao Estágio, ou dissertação para os alunos que pretendam e tenham no primeiro ano do mestrado média, ponderada com os ECTS, igual ou superior a 14 valores.

3. Parcerias e internacionalização

No âmbito da CR, o IPT tem uma vasta rede de parcerias que foi construída a longo dos 25 anos de formação, quer no âmbito dos estágios e projectos, quer no domínio dos protocolos institucionais estabelecidos. Estas parcerias têm a particularidade de permitir a entrada nos Laboratórios de Conservação e Restauro (LCR) de um conjunto importante de bens culturais, que pelas suas particularidades representam um interesse pedagógico para a área da CR, permitindo que as aulas sejam leccionadas sobre obras de elevado interesse cultural, histórico ou artístico. A importância destes bens confere um enquadramento muito próprio na aprendizagem, inculcando nos alunos o sentido de responsabilidade, método e ética no trabalho que é supervisionado atentamente pelos respectivos professores. Para o efeito são mantidas parcerias com instituições nacionais: Direção Geral do Património Cultural (DGPC)(que tem a tutela dos Monumentos e Museus Nacionais), Autarquias, Misericórdias, Dioceses e Igrejas, Empresas do Sector, Museus

Particulares, etc.. As parcerias internacionais têm sido protocoladas principalmente no âmbito do Programa de Erasmus de Mobilidade para Estudos e para Estágios (curriculares e profissionais), mas podem assinalar-se estágios lectivos fora do espaço europeu. As parcerias mantidas no espaço europeu com que temos o maior contacto envolvem instituições na Espanha, Inglaterra, Bélgica; Holanda; Alemanha; República Checa; França e Dinamarca. Contudo, temos contacto com praticamente todos os países europeus. Fora da Europa referência para as colaborações mantidas com o Brasil, Angola, Cabo Verde, Índia e Peru.

4. Projectos e estudos

Os projectos e estudos de investigação e desenvolvimento (I&D) que têm sido desenvolvidos estão normalmente associados às valências sediadas no LCR do IPT e às linhas de investigação que os docentes mantêm e, também, do interesse que têm demonstrado conjuntamente com as parcerias que objectivem projectos ou estudos que envolvam uma forte competência científica e tecnológica. Estes projectos e estudos normalmente são desenvolvidos por grupos que incluem investigadores de outras instituições conforme o âmbito do projecto, e o seu financiamento pode provir da entidade a que pertence o bem ou bens a serem estudados, ou através de financiamento público. Para este efeito tem-se alargado a rede de colaboração com entidades que permitem sustentadamente realizar estes projectos e estudos ao mais elevado nível científico e tecnológico, que disponibilizam as últimas tecnologias acessíveis.

Os estudos e projectos que foram desenvolvidos e em desenvolvimento podem ser consultados em www.cr.estt.ipt.pt. Actualmente, está em curso o projecto de estudo da imagem de Nossa Senhora de Fátima venerada na Capelinha das Aparições que é uma das imagens mais relevantes para a comunidade católica: www.cr.estt.ipt.pt/i/i9.pdf.

5. Actividades dos Conservadores e Restauradores formados no IPT

O IPT já formou mais de meio milhar de conservadores-restauradores que se encontram a exercer a actividade profissional ou formação académica em instituições públicas e privadas. Assim registamos conservadores-restauradores como técnicos superiores de CR ou em cargos de direcção em organismos da administração central e local, museus nacionais, municipais, privados, casas museu, fundações, bibliotecas e arquivos, dioceses, Institutos e Universidades, etc.. Registamos também, a maioria, a exercer a actividade em empresas da especialidade, algumas das quais são empreendimentos de conservadores-restauradores formados no IPT ou com a participação deles e que têm bastante sucesso no mercado Nacional e Internacional. Deve-se sublinhar também os ex-alunos que prosseguiram a vida académica e já obtiveram o doutoramento ou estão a concluir em universidades nacionais e estrangeiras.

6. Conclusões

A preocupação cimeira na organização dos ciclos de estudos no âmbito da CR, ao longo dos últimos 25 anos, tem sido na preparação dos alunos para o mercado de trabalho, onde a componente experimental desempenha um papel importante. Neste contexto os alunos do primeiro ciclo (Licenciatura) tem formação generalista e os alunos que cursam o segundo ciclo têm formação especializada que eles próprios constroem entre as escolhas que fazem na Unidade de Conservação e Restauro Complementar e no apoio planeado das outras unidades curriculares, permitindo a cada aluno, nos respectivos trabalhos, desenvolver temas que convergem para a sua especialidade, e que culminam com um Estágio anual. As recomendações dos organismos nacionais e internacionais, a experiência acumulada e a informação das exigências do mercado do sector, quer através das relações formais dos diversos parceiros do IPT já focados, quer das relações informais com os ex-alunos, têm contribuído de forma importante para esta evolução. Estes aspectos proporcionam uma intensa actividade de CR nos Laboratórios e “*in situ*” e têm sido determinantes nas reflexões e reestruturações dos *curricula* dos cursos de CR.

A leitura da evolução dos currículos no IPT evidencia que a matriz de pensamento sobre o qual assentam as ideias de base, relativamente à conservação e restauro, se mantém desde os primeiros cursos. Isto é, a CR é uma actividade com características próprias que exige um conjunto de conhecimentos específicos, competências próprias e aptidões particulares que não pode deixar de assentar numa ampla base científica e cultural, sem perder de vista o efectivo ensino politécnico.

O sucesso da formação em CR no IPT tem sido “medido” pela boa aceitação dos nossos alunos no mercado de trabalho; pelo número de empresas criadas ou participadas por ex-alunos; pelos alunos que seguem a vida académica noutras instituições e que já terminaram ou estão a terminar os respectivos doutoramentos; pelos estudos de CR que solicitam ao Instituto; pelos projectos de investigação e desenvolvimento, em que os docentes do IPT tem participado como investigadores responsáveis ou membros de equipa de investigação; pelos trabalhos publicados em revistas nacionais e internacionais, com sistema de revisão; e, fundamentalmente, pelas parcerias que têm sido realizadas e que permitem a disponibilidade de obras nos laboratórios de CR do IPT, para o estudo e ensino da prática de conservação e restauro, simulando o ambiente de trabalho ou de actividade profissional.

A extensa actividade que tem sido desenvolvidapelo IPT no âmbito da conservação e restauro pode ser seguida em <http://cr.estt.ipt.pt>.

NOTAS

¹Documento de Nara sobre a Autenticidade (1994). Acedido em 18-05-2013, em <http://whc.unesco.org/uploads/events/documents/event-833-3.pdf>

²<http://www.encore-edu.org/vienna.htm?tabindex=1&tabid=186>

³CON.B.E.FOR, A Comparative Study of European Academic Education in the Conservation-Restoration of Cultural Heritage.2000, (Larsen, 2002).

⁴Extinto em 2011 dando lugar à Direcção Geral do Património Cultural (DGPC).

REFERÊNCIAS

AMORIM, J.B.P. (1994). “Do Ensino Superior”, ed. *Instituto Politécnico de Tomar*, 24 p. Portugal.

LOPES, F. e CORREIA, M. B. – Património arquitectónico e arqueológico / cartas, recomendações e convenções internacionais, Livros Horizonte, Lisboa, 2004.

ECCO, (2011). Competences for Access to the conservation-restoration profession. European Confederation of Conservator-Restorers (ECCO) Organizations. Brussels. Acedido em 30-05-2013 em <http://www.ecco-eu.org/about-e.c.c.o./professional-guidelines.html>

ECCO, (2004). *Basic Requirements For Education In Conservation-Restoration*, E.C.C.O., General Assembly, Brussels.

ENCoRE, (2001). *Clarification of Conservation/Restoration at University Level or Recognised Equivalent*. European Network for Conservation-Restoration Education -ENCoRE, 3. General Assembly, 2001, Munich.

ICOM, (2008). *Referencial Europeu das Profissões Museais*. Acedido em 23-05-2013, em <http://www.icom-portugal.org/>.

INSTITUTO PARA A QUALIDADE NA FORMAÇÃO – IQF (2006). *Evolução das Qualificações e Diagnóstico das Necessidades de Formação: Preservação Conservação e Valorização do Património Cultural*. Em Portugal: Estudo que integra uma Separata com os Perfis Profissionais. Colecção de Estudos Sectoriais N.º 31. Lisboa: IQF.

LARSEN, R. (2002). ENCORE bringing together a europeannetwork : the clarification of conservation-restoration in education.*ConservationNews*, Vol. 67, p. 21-22.